A GUERRA DO CONTESTADO E O CORONELISMO

Por Ana Crhistina Vanali[1]

O sistema coronelista já foi muito estudado como fenômeno político, econômico e social. O trabalho mais célebre sobre o tema é o estudo de Victor Nunes Leal (Coronelismo, enxada e voto) de 1948. Nessa obra o autor considera o coronelismo como uma adaptação particular do poder privado ao sistema político representativo implantado no Brasil com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889. Essa adaptação foi baseada no compromisso, na troca de favores entre o poder público que se instalava e os grandes proprietários de terras que detinham grande influência social.

Em 1956 Maria Isaura Pereira de Queiroz publica um ensaio sobre o coronelismo (O mandonismo local na vida política brasileira) onde apresenta o mandonismo com um fenômeno típico do Brasil. Assim, o coronelismo seria apenas uma manifestação desse fenômeno baseado na grande propriedade e na família extensa também conhecida como parentela. O coronel era o chefe político local e a sua atitude era o que contava, nenhuma iniciativa poderia ser tomada sem o seu apoio. Os grandes proprietários rurais, que já dominavam o poder nas vilas, com a independência do Brasil passam a dominar o poder municipal, e sua posição como chefe local se consolidou com a criação da Guarda Nacional em 1831, quando puderam se transformar em chefes militares adquirindo a patente de coronel por manterem pessoas armadas que ajudariam na manutenção da ordem pública ou por fornecerem soldados para as guerras do período imperial.

A chegada da república estabeleceu uma série de leis que procurava limitar o poder local, mas o centro da vida política nos municípios continuou a ser o coronel que expressava a forma adotada pelo mandonismo local. Era ele que possibilitava a troca de favores, que conseguia obter uma clientela, sendo o ponto de referência para os indivíduos conhecerem sua posição no espaço social.

[1] Professora de Sociologia do Colégio da Polícia Militar do Paraná.

Outro papel importante do coronel é que ele era chefe de uma parentela. Ele pertencia a uma organização familiar poderosa e com prestígio, e isso o permitia estabelecer laços políticos e partidários indispensáveis ao seu domínio. As estratégias familiares lhes possibilitavam conquistas e a conservação do poder. A família extensa é uma instituição presente desde os princípios do processo da formação brasileira e tem influência ainda hoje na história do país.

Nesse contexto, as famílias históricas foram importantíssimas na gênese fundiária e na formação da classe dominante tradicional na região do Contestado. Mesmo com a proclamação da república, a Guarda Nacional foi mantida e as indicações dos nomes para o oficialato passou a cargo dos Estados, com as nomeações ocorrendo por meio de cartas-patentes do presidente do país. Com a questão dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, cada governo estadual procurou nomear os fazendeiros da região contestada que se mostravam favoráveis às causas de cada Estado respectivamente. Esses fazendeiros eram verdadeiros coronéis, pois além de administrarem suas propriedades, exerciam o papel de juiz, delegado, legislador, pois se encontravam em uma região isolada dos grandes centros urbanos, com ausência de policiamento e muitas vezes sem a presença de uma autoridade legal. Também eram os grandes influenciadores da política administrativa, tanto do município onde residiam, como em outros aos redores, onde acabavam comandando os resultados das eleições.

Os esquadrões da Guarda Nacional no Contestado eram formados pelos capatazes, camaradas, peões e agregados das propriedades desses coronéis. No início do século XX a Guarda Nacional estava organizada nos municípios paranaenses de Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Guarapuava e nos catarinenses de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas. Seus batalhões e companhias eram comandados pelos coronéis locais, sendo os mais citados na literatura sobre a Guerra do Contestado os seguintes nomes:

> No Paraná: Manoel Fabricio Vieira, Miguel Fabricio das Neves, Nicolao Bley Neto, Artur de Paula e Souza, Amazonas Marcondes, Juca Pimpão, Pedro de Sá Ribas e Domingos Soares.

Em Santa Catarina: Henrique de Almeida, Francisco Ferreira Albuquerque, Maximino de Moraes, Marcos Gonçalves de Farias, Vidal Ramos e Henrique Rupp.

Fabrício Vieira (2º da esq para a dir) entre outros vaqueanos/Acervo de Fernando Tokarski

Domingos Soares

Francisco Ferreira de Albuquerque

Vidal Ramos

Pedro de Sá Ribas

Henrique Rupp

Amazonas Marcondes

O levantamento dos nomes das principais e poderosas famílias senhoriais da região contestada, cujo nomes já aparecem nos atos político-administrativos do final do império e dos primeiros anos da república, já nos fornece uma relação das pessoas da alta política catarinense que pertencem à história de Santa Catarina e interessam para a história do Contestado, pois nelas estão fundamentadas as bases das poderosas oligarquias que passaram a dominar a política no Estado. Nos primeiros municípios criados no Território Contestado (Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas) surgem diversos nomes associados às famílias pioneiras e ligadas às oligarquias estaduais tal como a Família Ramos.

Vidal Ramos Junior se destacou na vida política do planalto e da capital. Era muito prestigiado, sendo primo do governador do Estado, o Felippe Schmidt e primo do senador Lauro Müller. Com sua saída de Lages para ocupar cargos públicos na capital, o poder político local ficou com seu irmão Belizário e seu sobrinho Aristiliano, ambos coronéis da Guarda Nacional. Para entender a política catarinense também temos que pensar nos laços de parentesco. Nesse pequeno exemplo percebe-se os interesses familiares dos Ramos, pois Belizário, que foi prefeito de Lages por quase 30 anos

ininterruptos, era irmão de Vidal, além de ser casado com uma irmã de Felippe Schmidt. Yan Carreirão aponta que:

> Em Lages, até metade da década de 1950, predominava a grande propriedade rural, as fazendas, que se constituíam na única forma de exploração econômica ... Nos seus domínios, o senhor rural, o oligarca, o mandonista, o coronel, o chefe-político, exercia o poder absoluto sobre as manifestações dos agregados e peões ... sua influência ultrapassava as taipas, porteiras e invernadas, cristalizando-se nas vilas, distritos, ou na cidade, dominando o mecanismo eleitoral e o administrativo ... A grande família, era o polo deste tipo de poder local.

No início do século XX a política catarinense era dominada pelo círculo Lauro Müller-Hercílio Luz, representantes das classes urbanas do litoral que fizeram uma composição com os fazendeiros do planalto. Surgem outras famílias aliadas aos Ramos, como a família Pereira e Correia. Foi nesse período que aconteceram os primeiros episódios da Guerra do Contestado, envolvendo Demétrio Ramos (primo de Vidal Ramos Junior) no município de Timbó. Demétrio era chefe de algumas dezenas de homens armados e em 1905 atacou o posto fiscal que o governo paranaense estabeleceu em Rio Preto para o controle da erva-mate que era destinada à exportação.

As principais redes familiares que dominaram o cenário político catarinense quando da proclamação da república foram no litoral Lauro Müller-Hercílio Luz-Felippe Schmidt- Gustavo Richard (entre outros), e no planalto a família Ramos. Depois, com o fim da primeira república, a ala comandada pelo Lauro Müller e Hercílio Luz passa para as famílias Konder-Bornhausen.

A transição da República Velha para a Nova trouxe muita movimentação na política catarinense. As antigas famílias, enraizadas nos municípios, disputavam o poder sustentadas pelas lideranças da capital do Estado que intercalavam momentos de coligação e de rompimentos conforme julgavam necessário. As redes políticas montadas desde o tempo do império pelas famílias tradicionais não se descuidavam da renovação de seus quadros, mas sempre com nomes tirados de suas próprias famílias. Eram filhos, netos, cunhados, genros, sobrinhos e primos, os candidatos indicados para substituir pais, tios, sogros e avós. De vez em quando surgia um outsider, desde que fiel e afinado com as famílias. Carlos Humberto Correa já apontou em seu estudo esse continuísmo na política a partir da família:

> A política catarinense que se desenvolveu durante o período da Primeira República ... foi de um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um partido único, unidos entre si por laços consanguíneos ... O que se mostra importante é a característica da profissionalização política que marcou este período histórico de Santa Catarina. Os nomes revezavam-se no poder, mas quando estavam fora dele não perdiam as rédeas do controle partidário através da participação na Comissão Executiva do Partido.

A colonização da região do Contestado fez surgir novas lideranças políticas oriundas das levas de imigrantes formadas pelos recém-chegados empresários, colonos, burocratas e profissionais liberais. Essas novas lideranças se situavam entre os antigos chefes políticos oriundos das famílias tradicionais e a população em geral, mas elas se sujeitaram aos chefes das antigas famílias e seus nomes foram sendo indicados para ocupar as prefeituras e compor o quadro de deputados. Assim, as eleições passaram a ser marcadas tanto pelo peso dos sobrenomes das famílias tradicionais envolvidas na política, como pelas marcas dos produtos ou nomes das empresas dessas novas lideranças que surgiram.

Não é uma tarefa fácil compreender o emaranhado das ligações políticas de Santa Catarina, sobretudo quando se procura analisar a realidade da região do Contestado e relacioná-la com a política regional, estadual e nacional, pois observa-se que são poucos os nomes de projeção e eles se revezam no poder e nas funções e cargos públicos, mas é justamente esse revezamento a marca da força política das famílias tradicionais dentro da vida social catarinense.

Vários aspectos devem ser considerados na análise da vida política da região do Contestado como, por exemplo, a criação dos novos municípios, o processo de industrialização da região, o papel dos fazendeiros na região, o envolvimento dos políticos da região com os líderes políticos da capital, o aumento demográfico e a colonização da região, além é claro da sobrevivência do poder das famílias tradicionais a partir da atuação dos descendentes dos oligarcas pioneiros. Para sobreviverem politicamente frente as mudanças que foram ocorrendo na sociedade brasileira, os coronéis foram realizando alianças, pactos e coligações independentes das ideologias partidárias.

Precisamos conhecer esses homens, muitos deles coronéis, a partir de suas origens, laços familiares, posições político-partidárias, participações em

eleições, revoltas e intrigas, pois só assim entenderemos o real posicionamento de cada um e das oligarquias que constituíram ou às quais estavam ligadas, bem como o peso político das suas forças em relação aos principais eventos históricos, tais como a Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catarina e a Guerra do Contestado. Conhecer esses nomes é importante, pois são eles que vão construir as histórias políticas catarinense através da perpetuação de seus personagens, das suas descendências e do revezamento no poder.

Para saber mais:

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979).** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

CORREA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas repúblicas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

JAMUNDA, Theobaldo Costa. Catarinensismos. Florianópolis: Editora Edeme, 1974.

LEAL, Victor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O mandonismo na vida política brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.